

Pesquisa FAPESP nº 2021/04556-0
ENTREVISTA COM M2
Cidade: Maringá (Paraná, Brasil)
Entrevistado: M2, 30+ anos, economista
Entrevistador: Rodrigo Sartori Bogo, acompanhado de Renata Schramm Corrêa
Local de realização da entrevista: Sede do Instituto de Planejamento Urbano e Pesquisa de Maringá, sala de reuniões

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador (Rodrigo)

- Comecei a gravação já, aí por questão de rito..., mas pela, enfim, burocracia de pesquisa científica e tal, eu só preciso que a primeira coisa que você faça seria falar teu nome completo em voz alta e deixar claro que você autoriza a gravação.

M2

- Ok, meu nome é M2, então dentro dessa atividade permito o registro aí dessa entrevista.

Entrevistador

- Perfeito, então só para deixar claro em relação aos objetivos da pesquisa e tudo, a primeira coisa que eu quero te agradecer muito pela receptividade, por ter conversado comigo esse tempo todo e pela disponibilidade de a gente fazer essa conversa hoje. Enfim, você já viu o roteiro da entrevista, ela é um questionário relativamente, semiaberto como a gente chama, tem algumas coisas que eu vou querer perguntar, que vão aparecer na tua fala, tem outras que às vezes eu vou pular porque eu vejo que não tem tanta relevância, então é um caminho assim. E essa pesquisa faz parte do nosso projeto maior, que é o Fragmentação Socioespacial e Urbanização Brasileira [FragUrb], a gente parte do princípio de que existem mudanças muito significativas ocorrendo nas cidades médias, no Brasil e no mundo. Nós estamos investigando elas a partir de diferentes dimensões, né? A minha pesquisa parte dessa dimensão institucional, eu tenho um foco mais específico nos orçamentos participativos, orçamento cidadão, enfim, porque é um instrumento que eu acho que dentro da realidade brasileira tem um grande significado, já são 35 anos que ele é aplicado no Brasil. Então eu acho que... por isso que ele aparece como minha pergunta de pesquisa, como meu objeto de pesquisa. Então, a primeira coisa seria se tu pudesse falar um pouco sobre a tua trajetória profissional até chegar no IPPLAM e como tem sido a tua experiência no cargo que você tem aqui.

M2

- Então começando pela minha formação acadêmica, eu sou economista formado na Universidade Federal de Viçosa, tenho mestrado e doutorado também na área de economia, ambos na Universidade Estadual de Maringá, é... vou ser bem breve, com relação ao planejamento antes de entrar no IPPLAM, eu atuei na elaboração do plano de saneamento básico do município de Paranavaí, principalmente na questão da estimação da população, para fazer estimações de demanda com relação aos serviços de saneamento, fiz análise financeira também do setor de saneamento para Paranavaí, tudo dentro do pacote que faz parte do trabalho de elaboração do plano. Aí em 2022 finalizei o trabalho lá em Paranavaí, recebi o convite, o comunicado da UEM que existia vaga aqui para fazer parte do grupo que estava fazendo, continua fazendo a revisão do plano diretor e assumi em 2022. Então, eu estou aqui desde então, desde setembro de 2022, trabalhando aí com o grupo na revisão do plano diretor e das suas leis

complementares. Então, meu foco hoje, como diretor de desenvolvimento econômico desse grupo, é elaborar o plano de ação e investimento que, de uma forma resumida, é o plano de implementação do plano diretor. Então, por isso a importância até do Orçamento Cidadão como um instrumento aí para identificar quais são essas prioridades e quais são essas demandas para então elaborar quais são essas ações, esses investimentos que vão ser executados, implementados ao longo dos próximos dez anos de vigência do plano diretor.

Entrevistador

- E aí a tua função, como que ela se vincula com o Orçamento Cidadão nesse caso?

M2

- Então, aí foi uma oportunidade que a gente identificou dentro do grupo de que o município de Maringá já tem uma estrutura de planejamento, principalmente via Secretaria da Fazenda e de Planejamento que promove o Orçamento Cidadão. Então, dentro dessa perspectiva de elaborar um plano de ação e investimento que engloba praticamente todas as funções que o município executa, né, desde a educação, saúde, urbanismo, principalmente que é o foco do plano diretor, nós vimos aí o evento, as Assembleias de Planejamento e Gestão Territorial [APGT] como oportunidade de identificar quais são essas prioridades e demandas da população para então incorporar dentro do planejamento, que é o planejamento de implementação do plano diretor.

Entrevistador

- Então, a coordenação do Orçamento Cidadão é uma das suas funções, né? Você faz outras...

M2

- Isso, acabou, e como eu mencionei, acabou vindo assim como um aditivo, né? Não estava dentro dos planos inicialmente. Nós vimos como uma oportunidade para não ter que fazer uma outra audiência específica para o plano de ação e investimentos, vimos o próprio Orçamento Cidadão como uma oportunidade de centralizar então ali o trabalho de elencar essas prioridades nas diversas regiões do município, em relação às demandas, prioridades, em todas as áreas e funções do setor público.

Entrevistador

- Perfeito. Esse vínculo entre os dois tipos de instrumentos eu vou abordar um pouco mais para frente essa entrevista. Aí eu só queria também entender na tua posição profissional agora, aqui dentro do IPLAMM, quais seriam, assim, os teus maiores desafios e dificuldades que você percebe no dia a dia, ou até para o Orçamento Cidadão?

M2

- Em termos de desafios, acho que ficou claro aí nas últimas [edições do OC], eu participei do ano passado, estou participando desse ano novamente, né? O principal desafio é promover essa mobilização

da população para participar. A gente implementa várias ações com o intuito de conscientizar a população da importância da participação nesse processo decisório que talvez seja o principal, o orçamento... não só o Orçamento Cidadão, mas todo o ciclo orçamentário, da gestão dos recursos públicos. Então eu acho que esse é o desafio maior, é trazer a população primeiramente para entender como que esse ciclo orçamentário funciona e como que o ciclo orçamentário está vinculado e relacionado com o próprio plano diretor. Então o município, o setor público ali, ele trabalha com várias leis, né? Então acho que essa diversidade, complexidade da gestão pode talvez ser uma das dificuldades de trazer a população para o envolvimento desses assuntos. Então acho que esse é o principal desafio, começa tudo pela mobilização e conscientização para daí sim, nós colhermos aí os resultados que nós esperamos com esses eventos.

Entrevistador

- E tu percebe alguma diferença entre o ciclo do... porque você participou de dois ciclos, né, 2022 e... não...

M2

- 2023 e 2024!

Entrevistador

- Isso. E percebe alguma diferença entre eles em termos de qualidade da participação ou a quantidade da participação?

M2

- Olha, eu até agora tenho percebido que em termos de participação está mais ou menos igual, a gente não... eu não fiz... está em andamento inclusive, o desenvolvimento de um relatório que abrange aí desde 2021 até 2024 para a gente ter esse comparativo, número de questionários respondidos, número de pessoas que participaram em cada uma das APGTs, então isso aí vai ser... em breve vai ser divulgado, vai estar no portal da transparência todos os relatórios de todos os últimos orçamentos cidadãos.

Entrevistador

- Legal. E aí falando da... mais um elemento geral sobre a cidade de Maringá, porque a ideia é a segunda parte a gente focar mais no orçamento cidadão. Primeiro, porque como eu disse tem esse interesse também coletivo do grupo de pesquisa sobre as transformações que Maringá passa. Tanto que Maringá é um dos estudos de caso do grupo como um todo, então até por isso pra mim foi interessante identificar essa... ver o papel do orçamento cidadão aqui. E... eu queria saber, você já mora aqui há quanto tempo?

M2

- Maringá eu estou desde 2010.

Entrevistador

- 2010, tá. Fez também mestrado e doutorado aqui, né?

M2

- Fiz mestrado e doutorado, trabalhei como professor, com docência na UEM, instituições particulares. E como diretor na área de planejamento na parte, vamos dizer, fora da academia, né, por mais que o Instituto de Pesquisa, ele promove estudos acadêmicos, mas o foco é mais voltado para políticas públicas. Então é algo mais recente assim dentro da minha trajetória.

Entrevistador

- Perfeito. E nos últimos 10 anos especialmente, ou desde que você tá aqui em Maringá, que são 14 anos, quais são as principais transformações que você tem visto, transformações urbanas?

M2

- Em qual aspecto se fala de modo geral, econômico, social?

Entrevistador

- O que tu achas mais pertinente assim, pode ser na morfologia da cidade, na urbanização dela...

M2

- É, dentro do que eu observo como economista, né? Eu tenho até um viés maior assim, com relação aos indicadores de desempenho, desenvolvimento do município. Então, assim, ao longo desses últimos 10 anos, os dados, os indicadores têm mostrado que Maringá tem evoluído em termos até de comparação com outros municípios... Maringá sempre esteve entre as melhores cidades em termos de desenvolvimento humano, urbano, econômico, social... E fora isso, nós temos outras pesquisas que foram divulgadas recentemente, que mostram que Maringá tem essa qualidade de vida muito acima da média nacional. Então, eu percebo assim que nos últimos 10 anos houve mudanças significativas em quase todas as esferas, os eixos que compõem o desenvolvimento da cidade.

Entrevistador

- Uma coisa que tem chamado a minha atenção, isso não está no roteiro, mas enfim, né? Aí tu fica à vontade para responder ou não, é que está bastante presente tanto no marketing da prefeitura quanto nas falas do orçamento cidadão a questão de ser a melhor cidade do Brasil para viver. E gostaria de saber a tua opinião sobre isso, sobre essa afirmação e no que que ela está embasada.

M2

- É, como eu mencionei, muito dessas avaliações são feitas com base em indicadores e pesquisas que são realizadas por outras instituições. Então, até que ponto isso aí representa a realidade do município é questionável porque é necessário um aprofundamento maior com relação ao que está sendo

considerado dentro daqueles indicadores. Então, é, eu não... é difícil a gente também comparar Maringá com Curitiba porque são duas cidades que se desenvolveram segundo dinâmicas diferentes, né? Então, essa é a minha opinião como economista e pesquisador, tá, mas vejo Maringá sim como uma cidade com muito potencial, qualidade de vida, mas assim, responder para você se é a melhor do Brasil, isso aí eu não sei. [risos]

Entrevistador

- Claro.

M2

- Como pesquisador, mas eu sei que muita gente tem essa percepção, eu tenho amigos que vêm de outras cidades, outros estados que vêm para cá e tem essa, essa percepção de que a cidade é muito boa, né? Então, a minha avaliação é positiva, com certeza, mas dizer que é a melhor cidade aí eu já não tenho... eu, né, como pesquisador não tenho todos os parâmetros, as informações para dizer isso com certeza. - **Claro, tá.** - É como você mencionou, existe um marketing por trás de tudo isso, né, acredito que outras cidades do Brasil também devem trazer essa bandeira de que, sei lá, Joinville, São José dos Campos, cidades que se destacam nacionalmente também, a população também deve ter essa percepção de que mora numa cidade boa e talvez melhor, dentro do contexto nacional.

Entrevistador

- Perfeito. Perfeito. Uma das mudanças que a gente tem observado no Brasil nas últimas décadas está, especialmente no século XXI, se relativa com a diversificação das formas de moradia. Então, tem aparecido o conjunto habitacional de grande porte, a verticalização, os loteamentos, os condomínios fechados para diferentes segmentos sociais, né? Condomínio fechado no "Minha Casa, Minha Vida", condomínio fechado da COAB até a Alphaville, desses níveis... E como que você vem observando essas novas formas de morar em Maringá?

M2

- É, esse assunto para mim é recente, então passou a fazer parte do meu cotidiano, a partir do momento que eu entrei no plano. Então, eu vejo que Maringá tem se esforçado, e por meio das leis urbanísticas, principalmente o plano diretor e as leis complementares, leis de uso de ocupação no solo, desde o sistema viário, o parcelamento, que são leis que tentam, buscam organizar a gestão do território com relação ao uso, inclusive a destinação do território com relação aos diversos tipos de moradia. E talvez essa informação seja mais detalhada, pode ser mais detalhada, com o setor de urbanismo, mas existe sim uma política, uma prioridade da gestão com relação a moradias populares, inclusive está sendo elaborado atualmente o plano local de habitação de interesse social, que busca então promover esse acesso à moradia para a população de baixa renda. E dentro até do Orçamento Cidadão, acho que deve ter uma questão aí que aborda mais ou menos esse assunto, mas o Orçamento Cidadão também tenta

buscar a percepção da população com relação às políticas habitacionais, as zonas de interesse social, então tem uma pergunta na função de habitação que trata desse assunto.

Entrevistador

- É, eu vi o questionário de habitação. Eu estava revisando o questionário hoje, e um dos blocos é a habitação, né?

M2

- Então existe essa preocupação de que Maringá, mesmo com essa qualidade de vida que ela oferece, ela é relativamente cara, a moradia, ela consome uma quantia de recursos muito grande do orçamento das famílias. Então aí o plano de habitação, ele tenta minimizar esse problema do acesso à moradia.

Entrevistador

- E tu acha que isso tem um pouco a ver com o desenho urbano original? O fato de que existe uma pressão em torno da Cidade Jardim e dessa...

M2

- É possível que sim, né, se a gente, partindo do pressuposto de que o desenvolvimento da cidade, ele é um processo histórico, então o planejamento da cidade original tem um papel, um impacto no resultado da forma como a cidade se configura. Por isso a necessidade de revisar o plano diretor periodicamente para acompanhar essas dinâmicas que ocorrem naturalmente ao longo do desenvolvimento da cidade. Por mais que nós temos um projeto original lá da década de 1950, mas a cidade não necessariamente seguiu o que estava projetado, ela seguiu uma dinâmica que talvez não era o que se propôs há muito tempo atrás.

Entrevistador

- É, mesma coisa com Londrina, por exemplo.

M2

- Isso, então tem esses, mas sim, o planejamento original tem o seu papel forte nesse resultado da cidade como ela é hoje.

Entrevistador

- Eu vi que... chama a atenção, especialmente para a gente que mora em Presidente Prudente, que aqui, mesmo pela... enfim, Maringá é maior que Prudente, né, tem mais de 100 mil habitantes a mais, só que a verticalização é muito mais intensa aqui do que lá. Prudente é uma cidade pouco verticalizada e aqui já [se] percebe uma verticalização que eu como catarinense, lembra um pouco as cidades como Blumenau, que é bem verticalizado, ou Florianópolis, ou as cidades do litoral de Santa Catarina, assim. Esse processo é recente ou a verticalização está... Ela aumentou muito desde que você está aqui?

M2

- Ela aumentou bastante desde quando eu cheguei. Eu falo como cidadão agora, morador da zona 7, do lado da UEM, quando eu cheguei lá, tinha uma certa quantidade já de edifícios, mas nos últimos dez anos o aumento da verticalização foi bem, assim, evidente.

Entrevistador

- E, interessante, e essa urbanização, esse crescimento do tecido urbano, ela é mais direcionada pelos empreendedores privados ou pelo poder público aqui?

M2

- Essa é uma pergunta que eu acho que são os dois, agora dizer qual que predomina eu não vou saber te responder, mas nós temos a atuação de grandes construtores aqui, a Plaenge, a A. Yoshii, então creio que seja um conjunto de fatores aí que envolve tanto o setor público como o setor privado, né? Até porque a urbanização depende do setor privado também para a implantação de infraestrutura... o Estado tem uma participação ativa no desenvolvimento da cidade, mas o setor privado também é importante. Até para viabilizar a política habitacional, né, para fazer a construção das moradias, então, na parte de construção civil, se esse for um dos pontos que está aí nessa questão, acredito que sim, aí o peso do setor privado ele é bastante relevante.

Entrevistador

- Sim, justo. E tem uma questão que eu tenho visto em relação a... acho que apareceu tanto na APGT2 quanto na APGT3, é a questão que envolve os fundos de vale, alguns terrenos que estão vazios... tem, por exemplo, um terreno do estado que se debate ali na APGT2, enfim, toda uma questão que está presente. E assim, ou seja, eu tenho visto que o vazio urbano tem aparecido no orçamento cidadão, e como que isso aparece aqui dentro do IPPLAM, como que essa...

M2

- Então, na verdade é uma das grandes preocupações, inclusive, da política urbana, e a forma de combater os vazios urbanos é por meio da gestão do território via legislação, então, nós temos um instrumento que está em elaboração, que é o PEUC, o Parcelamento Compulsório, e o IPTU Progressivo, que busca exatamente fazer com que a propriedade, ela seja utilizada, tenha uma destinação e não fique apenas ociosa por meio da especulação, existe muita essa preocupação acerca da especulação imobiliária, então, aí, de novo, a importância do setor público, né, para combater esse tipo de problema que é um mal dentro do desenvolvimento da cidade. Combater essa ociosidade do uso da propriedade da terra.

Entrevistador

- O IPTU progressivo tem sido aplicado aqui?

M2

- Ele está... ele vai ser... ele faz parte do processo de revisão do plano diretor, então ele é um dos instrumentos prioritários que a gente vai revisar e implementar ao longo desse ano.

Entrevistador

- Interessante. E outro elemento que para a gente é muito importante dentro do projeto é ver a atuação do "Minha Casa, Minha Vida", porque meio que já tem um certo consenso científico em torno do "Minha Casa, Minha Vida", né, seja de geógrafos, sociólogos, arquitetos e tal, de que existe uma transformação muito grande nas cidades brasileiras, pelo menos alguns vetores por causa do "Minha Casa, Minha Vida". E eu sei que você está aqui no IPPLAM faz dois anos, mas como que você observa isso em Maringá?

M2

- Desde quando eu entrei, o pouco que eu explorei a respeito da política habitacional, eu percebo que, pelo menos nos últimos dois anos, o programa que tem sido mais atuante em Maringá foi o Casa Fácil, que é o programa do Estado do Paraná de acesso à moradia. Agora, com relação a "Minha Casa, Minha Vida", eu sei que teve... Maringá foi contemplada com esse programa, mas eu não tenho essas informações. De novo, o setor de habitação que talvez pode te dar mais um parecer ali, informações mais detalhadas, a respeito de como tem sido a implementação desses programas habitacionais aqui, né, em nível federal, no caso. Agora, o Casa Fácil, eu sei que teve algumas unidades também que foram contempladas no município, com a ajuda do estado.

Entrevistador

- E como que é o desenho desse programa, sabe me dizer, do Casa Fácil?

M2

- Em detalhe não. Essas duas questões aqui até marquei aqui, na parte da habitação. Até a M6, como ela já fez parte ali do SEPLAN, ela tem mais esse know-how, né.

Entrevistador

- É, ela inclusive já, ela já foi entrevistada pela gente, pelo FragUrb. - **Ah, legal!** - Só que aí, claro, não com esse foco no Orçamento Cidadão, né. - **Ah, que bom.** - Tanto que meu objetivo com ela era falar mais do...

M2

- Do Orçamento Cidadão!

Entrevistador

- Do OC, é, diretamente...

M2

- Aí eu vi que até achei, um pouco aqui, é, tá um pouco... Tudo bem, claro que tem uma relação ao Orçamento Cidadão, envolve política pública de modo geral, né. Mas algumas políticas setoriais eu vou ficar devendo, pela minha...

Entrevistador

- Aí, é, mas aí a pergunta 10, que é a questão dos economias fechados, da expansão que tem, é uma pergunta não para você como técnico, mas assim, a tua opinião pessoal sobre eles.

M2

- É, existe uma crítica, né. Eu também tenho um posicionamento de que é uma... Muitos falam dentro da... Da academia que é uma forma de privatizar o espaço público. Acho que essa deve ser a principal crítica. Então, aqui em Maringá, eu não sei até que ponto existe esse problema com relação a isso, mas existe uma crítica sim. Até pelo Observatório das Metrópoles, eles sempre estão divulgando críticas e análises a respeito desse assunto.

Entrevistador

- É, muito bem. Aí acho que eu posso entrar mais no Orçamento Cidadão, especificamente.

M2

- Opa, pode ficar à vontade.

Entrevistador

- Enfim, se tu quiser, às vezes, também, pausar, tomar uma água, enfim.

M2

- Não, vamos tocar. Se você quiser, quer que... você quer uma água? Quer que eu trago uma água pra você?

Entrevistador

- Não, não, não. Tranquilo.

M2

- Vamos tocar.

Entrevistador

- Beleza. Então, aí essas perguntas mais... É um bloco, assim, de perguntas a 11. Como e quando o Orçamento Cidadão começou aqui em Maringá? Se ele já foi intitulado Orçamento Participativo

anteriormente? Pelo que consta no meu banco de dados, houve uma experiência anterior, que ele foi ressignificado como Orçamento Cidadão, né, mas existe uma experiência anterior. Então, se tu sabe alguma coisa sobre ela ou não, e como que... enfim, pode começar falando sobre isso?

M2

- É, eu não conheço o histórico, né, então o meu conhecimento está limitado de 2021 para cá, que foi o que eu consegui de acesso de informação a respeito do Orçamento Participativo, que desde 2021, que é o ano que eu tenho as informações, ele se chama Orçamento Cidadão. Mas, assim, eu ouço relatos de que já no ano 2000 tivemos experiências, não com esse nome, mas com outro nome que eu também não sei qual era, ou se era o próprio OC... não, OP, né, Orçamento Participativo. Mas a forma como ela é implementada hoje, o Orçamento Participativo, via as assembleias, APGTs, né, de planejamento territorial, ela começou em 2014 com decreto 2.358/2014. Então aqui o Orçamento Cidadão, então ele é composto por cinco assembleias, em alguns anos nós tivemos assembleias adicionais para tentar abrir oportunidade para que as pessoas pudessem ir, mas até onde eu sei não teve muito resultado, né. Então, mas no mínimo a gente realiza uma assembleia para cada APGT, para cada unidade territorial, corrigindo, né, que são as unidades territoriais de planejamento, e as assembleias acontecem nessas unidades. Então são cinco, né, então é uma para cada unidade territorial.

Entrevistador

- E vocês têm pensado em mudanças nesse formato?

M2

- No formato geral não chegamos a discutir, ela inclusive não entrou na pauta da revisão do plano diretor, mas a gente faz algumas mudanças marginais. Por exemplo, no formato do questionário, tentar, por exemplo, no ano passado e nos outros, nos anteriores, o questionário ele foi estruturado de uma forma que o cidadão simplesmente pegava para cada função que o setor público atua, saúde, educação e etc, marcasse X em duas ações que o cidadão considera prioritário para o bairro. Só que aquelas demais que eles não marcavam, a gente ficava na dúvida, será que aquilo ali não é importante, será que aquela demanda já é atendida. Então a gente teve assim, numa reunião rápida que a gente fez, vamos tentar aproveitar então as demais informações do questionário para ver o que de fato o cidadão sente com relação a todas aquelas opções que foram colocadas para cada função. Então a gente mudou apenas o método, ao invés da pessoa marcar X, ela enumera de 1 até 5, se aquela questão tiver 5 opções, ela vai elencar 5 conforme o nível de prioridade. Então 1 para o mais prioritário, 5 para o menos prioritário, aí uma opção adicional, o outro, caso nenhuma daquelas opções sejam prioritárias, ela pode marcar também, como se fosse uma maneira do cidadão colocar ali uma coisa que ele acha importante que não seja aquelas que estão elencadas. Acho que a principal mudança foi essa.

Entrevistador

- É uma mudança significativa na estrutura do questionário, né? E vocês percebem uma diferença... pelo que eu vi da reunião, teve 470 inscrições do questionário do ano passado, respostas.

M2

- Ali, são 417...

Entrevistador

- Ah, eram 417, tá.

M2

- Ali foi um caso, né, acho que dentre as... se não me engano, eram 20 funções, posso estar enganado, mas tem que revisar lá o questionário do ano passado, que cada ano, como são criadas novas secretarias, então a ideia é que cada secretaria tenha ali uma questão, entendeu? Então, cada ano nós vamos ter um número diferente ali de questões. Aí, como foi mostrado ali nas últimas, nas três que foram realizadas, o [Orlando, Secretário da Fazenda] Chiqueto apresentou o resultado do setor de saúde, que foi a que obteve maior número de apontamentos como ações prioritárias de um modo geral, né. Então ali é um resultado global.

Entrevistador

- Justo... ah tá, porque se você não tiver comentários sobre, por exemplo, bem-estar animal ou comentário sobre cidadania, não contabiliza, né, porque a pessoa não precisa colocar todos.

M2

- Exatamente, mas isso não quer dizer que outras... que nós tivemos outras, tivemos respostas para todas as funções, mas a que se destacou dentro do ano passado foi as demandas com relação à área da saúde. Aí o Chiqueto trouxe como que o poder público respondeu a essa demanda, trazendo ali as ações que foram implementadas ao longo do ano.

Entrevistador

- É, então esse número de 417 parece bem maior do que a participação presencial.

M2

- É, ali, exatamente, é que ali são número de marcações, né, não quer dizer que são 417 pessoas.

Entrevistador

- Ah, entendi.

M2

- São número de marcações, então, entendeu?

Entrevistador

- Entendi. Mesmo assim, parece que a participação online é maior do que a presencial.

M2

- Com certeza, isso, com certeza. É um levantamento que eu vou fazer, inclusive, fazer um comparativo, da participação via questionário online e da participação presencial nas assembleias.

Entrevistador

- Certo. E o desenho hoje do OC, ele é um desenho que a gente chamaria de consultivo, certo?

M2

- Sim.

Entrevistador

- Vocês estão consultando a população.

M2

- Isso.

Entrevistador

- Então, os investimentos que vão sair do Orçamento Cidadão, eles se dão por cada secretaria?

M2

- Exatamente. Então, por exemplo, ontem nós tivemos algumas demandas levantadas que foram, por exemplo, a questão da UBS [Unidade Básica de Saúde], aquela necessidade de ampliação. Que mais tinha?

Entrevistador

- Teve segurança, né, que eles trouxeram as câmeras.

M2

- Isso, segurança... a questão dos fundos de vale. Então, cada uma dessas demandas, elas são direcionadas para as pastas responsáveis por aqueles serviços e ações dentro daqueles, de cada uma daquelas áreas.

Entrevistador

- A tomada de decisão final é do secretário, no fim das contas.

M2

- Isso, secretário da pasta, isso.

Entrevistador

- Então se, por exemplo, aquela obra vai ser implementada ou não, depende...

M2

- Depende de vários fatores. Não só do aspecto financeiro, mas da viabilidade técnica também, né? Porque existe um processo, por exemplo, a construção de uma nova UBS. Não dá para ser atendida da noite para o dia, né? Tem que elaborar estudo de projetos técnicos, enfim, o processo é longo. Até a secretária de infraestrutura ontem falou da dificuldade de se implementar a troca da iluminação por LED. Então, por mais que seja aprovado ali a política, mas existe um caminho a ser percorrido até que de fato as lâmpadas sejam instaladas em todo o município.

Entrevistador

- Certo. E uma coisa que a gente, assim, historicamente se vê no Orçamento Participativo é o debate em relação a como as diferentes classes sociais interagem ali. Porque, por exemplo, a APGT3 é a maior, né? Do... se eu não me engano.

M2

- Em território, né?

Entrevistador

- Em território. Em população, não sei qual que é.

M2

- A gente está dependendo do resultado do censo, dividido por setor censitário, né? Não tem essa informação ainda.

Entrevistador

- Mas eu não sei se tem alguma diferença significativa de renda dentro dessa APGT, por exemplo?

M2

- Também é outra coisa, outra informação que a gente não tem, né? Temos as informações do Censo 2010. Eu não me recordo agora de cabeça qual região mais pobre, qual região mais rica. Mas existe sim. Inclusive, dentro do questionário a gente abriu o primeiro espaço ali na primeira página que é um perfil básico socioeconômico para tentar, inclusive, captar pelo menos as pessoas que estão participando, né? Qual que é o nível de renda, faixa etária, para tentar diferenciar, buscar, mesmo que seja de uma forma limitada ali, mas tentar captar alguma informação com relação a essas diferenças sociodemográficas.

Entrevistador

- Sim. E pelo outro ciclo que você participou, você viu alguma diferença em quem participa, assim? Se tem algum tipo de perfil que...

M2

- Pessoas mais velhas, é evidente. Principalmente presencialmente, né? São pessoas mais... falo chutando, por isso que até a outra diferença que a gente tem nesse ano é que no questionário a gente tem esse perfil socioeconômico. Nos anteriores a gente não tinha, né? Era direto nas questões referentes a cada uma das áreas de atuação. Então essa também foi uma proposta nossa aí de colocar ali como um primeiro momento a pessoa responder aquelas perguntas sobre idade, faixa de renda, situação com relação ao emprego.

Entrevistador

- Isso vai sair no próximo relatório também?

M2

- Isso. Então terminando as cinco APTGs a gente já começa aí o processo de elaboração desse relatório.

Entrevistador

- E eu sei que é um pouco difícil colocar isso de maneira pragmática, porque como é um processo consultivo, quem toma as decisões são as secretarias sobre o investimento, né? Mas também é possível identificar as vezes, talvez alguma coisa que saiu de uma assembleia foi, entrou pelo menos no orçamento do ano seguinte, ou está sendo implementado. Então você vê alguma inversão de prioridades? A inversão de prioridades significa, por exemplo, os investimentos que talvez iriam para um lugar estão indo para outro por causa da participação da população.

M2

- Em virtude da participação?

Entrevistador

- É, tu achas que isso tá acontecendo?

M2

- Isso é um diagnóstico também que eu inclusive estou fazendo, desenvolvendo, fazendo esse comparativo dos últimos três, né? Então uma informação que o município ainda não dispõe, então eu como pesquisador do IPPLAM, eu estou fazendo esse levantamento que é de extrema importância, verificar se de fato o orçamento cidadão teve um impacto se direcionado na alocação de recursos conforme as prioridades que foram elencadas em cada uma das APTGs e em nível regional. Outra coisa

importante dentro do orçamento cidadão que é identificar as prioridades em termos regionais. É coisa que assim até então eu não tenho observado dentro da gestão.

Entrevistador

- Eu ia perguntar se tem alguma área específica da cidade, pode ser por zona, ou pelas APGTs, que recebe mais investimentos?

M2

- A gente consegue fazer isso. Inclusive eu estou fazendo um relatório, pretendo colocar a destinação para cada quanto foi de obras, recursos destinados para obras na área de educação, saúde, ambiente, para cada uma das APGTs e por zonas também, né? A UTP seria a macrorregião. As zonas seriam a mesorregião, vamos dizer assim, nós temos o nível dos bairros, só que são muitos bairros, então fica difícil fazer uma análise por nível, são mais de 500 bairros em Maringá. Então até em nível de zona, de zonas fiscais também fica difícil, então a gente tenta na medida do possível ali... Temos zonas que são representativas em Maringá, como a zona 7, né? Que abrange ali a Vila Olímpica, a UEM, então a gente consegue tratar ela como uma microzona, ou uma microrregião dentro de Maringá. Só isso depende, tem zonas que são compostas por, sei lá, três bairros, então é uma coisa que acaba dificultando um pouco a comparação a qual zona tem mais destinação de recurso. Então a gente faz... parte primeiro da macro, né? E vai tentando na medida do possível chegar num nível local até para a população também ter conhecimento. Ah, eu como cidadão da zona 7 quero saber quanto de recurso foi destinado pra região onde eu resido. Então acho que esse é o objetivo principal aí da transparência, promover a transparência também, né? Das informações orçamentárias.

Entrevistador

- Perfeito. E que tipo de projeto recebe mais investimento ou é mais demandado? Que o pessoal fala mais, assim, e onde que eles são mais comuns?

M2

- Você tomando como base esse ano?

Entrevistador

- A tua experiência no orçamento cidadão como um todo.

M2

- Eu não percebi muita diferença do ano passado para esse, então geralmente a segurança, saúde, educação, né? São aquelas áreas que as populações mais têm levantado, assim, ao longo das APGTs. Iluminação pública também, dependendo da região. Então isso varia de UTP pra UTP, mas de um modo geral... De um modo geral são essas três, a saúde, educação e segurança.

Entrevistador

- É, uma coisa que me chamou a atenção é que independentemente da alta qualidade de vida que Maringá tem, e isso é evidente nos números e tal, as coisas que aparecem ainda são elementos da realidade brasileira, por exemplo, "a minha UBS está caindo aos pedaços". Ou, sei lá, "precisamos de mais segurança pública nessa área, mais iluminação", né?

M2

- As demandas são praticamente as mesmas, quer dizer, nível estadual, federal, é, eu creio que sim. Maringá, por mais que tenha esses indicadores positivos, tem os mesmos problemas que a grande realidade nacional.

Entrevistador

- E outra coisa que eu queria te perguntar é a tua interpretação pessoal sobre o desenho do Orçamento Cidadão hoje. Esse desenho que é mais um processo de consulta e que vai pelas cinco APGTs e tal. Como tu acha que esse desenho influencia os impactos territoriais do processo?

M2

- A forma como isso... é via investimento público, né? Então, se o Orçamento Cidadão é um instrumento dentro do sistema de planejamento, então ele é, acho que seria não a etapa final, mas a anterior à etapa final que é a implementação das políticas. Então, acho que a transformação ocorre por meio dessa parte, na busca de promover a participação da população com relação à destinação desses recursos que vão promover a transformação da territorialidade. Seja via ampliação da mobilidade, ampliação do acesso à moradia, como você colocou também a questão da verticalização. A população também participa das deliberações de quais zonas vão ser permitidas a verticalização, quais não. Então, é tudo via... o processo participativo tem esse papel, por meio da decisão coletiva, transformar a realidade do território. É isso meu entendimento. - **Perfeito.** - É o objetivo, agora a gente precisa de um processo de avaliação para ver se de fato é onde aquilo está mais evidente dentro do território de Maringá.

Entrevistador

- Uma coisa que me chama a atenção assim, estudando o caso, é o nível de institucionalização do orçamento cidadão. Ele está vinculado dentro do Instituto de Planejamento, associado com o plano diretor, e tu acha que isso... Então, muitas vezes o orçamento participativo ele é uma ferramenta não institucionalizada em muitas cidades brasileiras, né? O caso de Araraquara, por exemplo, eu estou estudando. Tem um vínculo político forte lá, mas não tem uma lei que rege, não está vinculado com um instituto de planejamento. Então, eu gostaria de saber se na tua opinião isso é positivo para o processo.

M2

- Sim, inclusive o orçamento participativo sempre esteve previsto no plano diretor, desde a [lei orgânica] 632, inclusive reforçamos mais ainda na revisão do plano diretor a importância da gestão participativa,

democrática participativa. E o Orçamento Cidadão, na verdade, esse é o nome do evento aqui, mas o Orçamento Participativo é um dos instrumentos que promove a gestão democrática do município. O plano diretor faz parte do sistema de planejamento e ele está também previsto, também no Estatuto da Cidade, o plano diretor também teve essa preocupação de alinhar todos os seus dispositivos, os artigos, leis, capítulos alinhados com as agendas, também internacional, a UDS, nova agenda urbana. E as legislações estaduais e federais.

Entrevistador

- Mas ele não teve sempre vinculado com o IPPLAM, né? Teve um período que ele era de outra...

M2

- É que o IPPLAM, como o IPPLAM é de 2018, que foi criado, o IPPLAM surgiu de uma cisão, vamos dizer assim, do planejamento com o urbanismo, era tudo SEPLAN. Então antes era atribuição do SEPLAN, mas sempre teve uma atuação conjunta, da Secretaria de Planejamento com a Secretaria da Fazenda. É uma coisa que acontece até em nível federal, né? Você pegar o Secretário de Planejamento da nível federal também deve... O Orçamento Participativo acho que em nível federal deve existir também, né?

Entrevistador

- É, ele foi trazido agora.

M2

- Agora, né? Então acho que deve ser também uma atribuição da fazenda com o planejamento. Então acho que é o caminho correto a se fazer inclusive, que são os órgãos de planejamento e o Orçamento Participativo é um instrumento de planejamento territorial e municipal. Então é natural que essa atribuição seja do principal órgão de planejamento do município, que hoje é o IPPLAM. E a Secretaria da Fazenda que também, queiram ou não, o orçamento é planejamento também. No nível financeiro, na execução das políticas, mas também ela termina o ciclo do planejamento do município.

Entrevistador

- Legal. E tem uma pergunta que é um pouco mais abrangente, mas você acha que a tradição de planejamento de Maringá, que é uma cidade que é conhecida por ter uma tradição de planejamento urbano, é latente. Influência de alguma maneira o Orçamento de Cidadão e como você acha que é a percepção dos técnicos aqui em relação ao Orçamento Cidadão? Acha que eles aceitam, acha que é uma, talvez uma coisa meio enfadonha?

M2

- Da população a gente percebe... Esse ano eu tive uma experiência na ExpoIngá, a gente levou o questionário para tentar, a gente sabe que é difícil, né? Parar... a pessoa estar lá para visitar o evento, se divertir, parar a pessoa pra responder o questionário de 20 questões, por mais que seja para o bem dela

e para o bem da cidade, é difícil. Mas algumas abordagens que eu tive de convidar a pessoa para participar, responder o questionário, eu recebi esse feedback de que é um processo que para ela não funciona. Então tem esse descrédito com relação a esse processo. Por parte, não vou dizer geral, mas tive algumas respostas nesse sentido de que o processo não funciona.

Entrevistador

- E que que os técnicos aqui acham?

M2

- Aí eu não tenho esse feedback ainda, mas inclusive faz parte da... Esse ano a gente tentou, na medida do possível, fazer com que os servidores também respondam ao questionário. Também não houve esse esforço nos últimos anos. Esse ano a gente tentou mobilizar primeiramente o pessoal que trabalha na prefeitura. Então por meio disso aí a gente consegue ter uma visão de como eles percebem o orçamento cidadão.

Entrevistador

- Legal. E uma coisa que eu tenho... aqui tu já falou sobre como ela é conectada com os outros instrumentos, então dá até para passar essa pra frente. Mas uma coisa que tem me chamado a atenção é em relação ao PLANMOB, o plano de mobilidade. Ele apareceu ali, né? Em duas das reuniões que eu fui já apareceu, foi citado, foi debatido. Então ele foi elaborado aqui pelo IPPLAM?

M2

- Não, foi uma empresa terceirizada. Foi por uma licitação, uma empresa de Belo Horizonte. Fez o trabalho de reelaboração do plano de mobilidade.

Entrevistador

- E ele teve participação, foi feita a assembleia pública?

M2

- Sim, foi tudo dentro do processo participativo, audiências. Eu não acompanhei... inclusive ele foi finalizado em 2022, né? Então foi um pouco antes de eu entrar no IPPLAM. Mas inclusive eu tive que consultar até para o plano de ação e investimento, que é o plano diretor, então ele tem que alinhar, tem que estar alinhado com os outros planos setoriais, inclusive o plano de mobilidade. Muitas das ações que estão previstas lá no plano de mobilidade vão fazer parte do plano de ação e investimento, consequentemente da do próximo ciclo orçamentário do município.

Entrevistador

- Perfeito. E bem, a última pergunta que eu tenho para fazer é mais a tua opinião, não necessariamente como técnico, como cidadão, se você acredita que o Orçamento Cidadão de Maringá tem como objetivo a justiça territorial?

M2

- A justiça territorial, você fala, promover a igualdade, a distribuição?

Entrevistador

- Isso. Combater a desigualdade...

M2

- Com certeza! Com certeza...

Entrevistador

- Tu achas que está atingindo esse objetivo?

M2

- Aí é uma outra pergunta que eu vou ficar devendo porque inclusive faz parte do meu estudo, da minha pesquisa, fazer essa... pode ser, as primeiras evidências que eu tenho obtido é de que existe sim uma discrepância, uma disparidade, mas o objetivo é sempre buscar, é um princípio básico até do Plano Diretor, promover igualdade, inclusão, então é diminuir inclusive... até a política de promoção das centralidades urbanas, então diminuir um pouco a dependência do centro da cidade, promover desenvolvimentos locais ao longo do território, então essa é uma prioridade também dentro da política urbana. Então o Orçamento Cidadão é um instrumento que vai com certeza ajudar a promover essa melhor igualdade de desenvolvimento ao longo do território, do município, esse é o meu entendimento, né? - **Justo.** - Aí na prática a gente vai saber ao longo da implementação do Plano Diretor, nos próximos dez anos.

Entrevistador

- Perfeito, eu gostaria de saber também se tu acha que tem algum potencial para modificar as relações de poder que já existem, assim, a partir do instrumento, sabe?

M2

- Eu entendo o Orçamento Participativo como um modelo de gestão, vamos dizer assim, a gente tem por exemplo, isso dentro do setor privado das empresas, aquele modelo que é o *top-down*, que parte de cima para baixo, então o Orçamento Participativo eu acho que ele busca exatamente, não inverter, mas promover uma participação maior da parte da base da sociedade, que é a população. Então eu acho que sim, é por aí, o caminho é esse.

Entrevistador

- Perfeito, perfeito, M2.

M2

- Essa pergunta... não sei se essa metáfora, essa analogia faz sentido, né? - **Sim, sim.** - Mas eu tenho esse entendimento.

Entrevistador

- Justo. Não, o que eu gostaria de saber é justamente a tua opinião mesmo, não um posicionamento assim...

M2

- Isso, resumindo, o Orçamento Cidadão é um instrumento poderosíssimo de promoção do desenvolvimento da cidade e se eu puder continuar aqui no IPPLAM para desenvolver esse instrumento, estou engajado em relação a isso.

Entrevistador

- Teu cargo é efetivo aqui?

M2

- Não, é comissionado. Essa Diretoria de Revisão do Plano Diretor é uma diretoria extraordinária. Então a gente tem até agosto, por exemplo, para finalizar as leis complementares e após a revisão das leis tem a implementação do plano, então aí vai ser... está previsto, a constituição de um novo grupo para fazer a gestão do plano diretor. Só que aí depende de como, aí a questão política que vai definir quem vai ser os membros do grupo. - Claro. - Então o nosso tempo, nós temos um tempo, né? Então depois a gente não sabe como vai ser.

Entrevistador

- Como vai ficar. Perfeito. Tem algo que você quer acrescentar, quer perguntar, quer reforçar da tua fala?

M2

- Só para eu te parabenizar, inclusive, né? Foi até bom conhecer vocês e poder contribuir com a pesquisa. Inclusive, ao longo desse tempo que eu estive envolvido com o Orçamento Cidadão também tive essa intenção de continuar com o pós-doc, sei lá, depois se eu puder ter acesso também à sua pesquisa, resultados. - **Com certeza, com certeza.** - Espero que saiam muitos artigos aqui também. [risos] O acadêmico é isso, né? Buscando publicar, que é um desafio grande também.

Entrevistador

- Sem dúvida.

M2

- Mas parabéns aí pela pesquisa.

Entrevistador

- Obrigado. Então, assim, eu vou agradecer em nome da UNESP, né? Eu e a Renata, a gente está aqui representando a Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, e reiterar aqui o caráter científico das informações. Tu não vai ser identificado no texto, tá? - **Tá. [risos]** - Isso é um padrão, né? A gente sempre coloca assim uma descrição da pessoa, claro, tu também fez pós-graduação, sabe como é.

M2

- Pesquisa de campo tem esses desafios, né?

Entrevistador

- Exato. Então, fazer só a descrição, mas não deixar claro. E, enfim, se tu quiser, às vezes, receber qual que é o meu vínculo do código de ética da universidade, tem meu projeto vinculado com a pesquisa. Então, assim, tem sempre transparência em relação a isso.

M2

- Não, o meu interesse agora é saber o resultado. [risos]

Entrevistador

- Sim, pode deixar. Esse ano a gente vai estar nessa parte.

M2

- O Observatório das Metrôpoles também deve estar envolvido nisso, então eu acho que é uma coisa que tem muito valor.

Entrevistador

- É, o nosso projeto está especialmente vinculado com a RECIME, que é a Rede de Pesquisas em Cidades Médias, e elas estão relacionadas com o Observatório das Metrôpoles. - **Ah, legal.** - Sim, eles têm, assim, trocando figurinha sempre, sabe? Estão amarradinhos. Então, é isso, eu vou finalizar, e estou sempre à disposição para o futuro.

M2

- Ok.

Fim da transcrição